

**“RAÇA E RACISMO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE:
uma perspectiva a partir do Brasil”,
por Rebecca Lemos Igreja, Richard Santos e Carlos Agudelo**

*“RACE AND RACISM IN LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN: a crossview from Brazil”,
by Rebecca Lemos Igreja, Richard Santos, and Carlos Agudelo*

*“RAZA Y RACISMO EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE: una perspectiva desde Brasil”,
por Rebecca Lemos Igreja, Richard Santos y Carlos Agudelo*

RESENHA

Gianmarco Loures Ferreira

Doutor em Direito, pela UnB
Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais
Brasil
gianloures@gmail.com
[HTTPS://orcid.org/0000-0002-1481-6161](https://orcid.org/0000-0002-1481-6161)

Texto recebido aos 19/08/2022 e aprovado aos 29/11/2022

Resumo

Resenha da obra *“Race and racism in Latin America and the Caribbean: a crossview from Brazil”*, de Rebecca Lemos Igreja, Richard Santos e Carlos Agudelo, Berlin: De Gruyter, Colégio Latino-Americano de Estudos Mundiais, Flacso Brasil, 2022.

Palavras-chave: resenha, raça, racismo, multiculturalismo, América Latina

Abstract

Review of the book *“Race and racism in Latin America and the Caribbean: a crossview from Brazil”*, de Rebecca Lemos Igreja, Richard Santos, and Carlos Agudelo, Berlin, De Gruyter, Colégio Latino-Americano de Estudos Mundiais, Flacso Brasil, 2022.



This work is licensed under an Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

Keywords: review, race, racism, multiculturalism, Latin America

Resumen

Revisión de la obra “*Race and racism in Latin America and the Caribbean: a crossview from Brazil*”, de Rebecca Lemos Igreja, Richard Santos y Carlos Agudelo, Berlin, De Gruyter, Colégio Latino-Americano de Estudos Mundiais, Flacso Brasil, 2022.

Palabras-clave: revisión, raza, racismo, multiculturalismo, América Latina

Numa parceria entre a editora acadêmica independente alemã De Gruyter e o Colégio Latino-Americano de Estudos Mundiais, Flaco-Brasil, foi lançada recentemente (5.12.2022) a obra “*Race and racism in Latin America and the Caribbean: a crossview from Brazil*” de Rebecca Lemos Igreja, Richard Santos e Carlos Agudelo, primeiro volume da série editorial América Latina em Perspectiva: Sociedade, Cultura e Política, editada pela primeira autora e Camilo Negri, junto à De Gruyter. O trio de autores possuem longa carreira acadêmica e de pesquisa, no Brasil e no exterior, sobre estudos latino-americanos e temáticas que envolvem multiculturalismo, relações raciais, movimentos negros e ações afirmativas. Rebecca Lemos Igreja é antropóloga, professora da Universidade de Brasília e tem conduzido pesquisas em vários países, como México, França, Argélia, Estados Unidos e Brasil. Richard Santos é comunicólogo, professor da Universidade Federal do Sul da Bahia, pesquisador do campo da comunicação pública, com vasta militância na área cultural, especialmente na cena Hip Hop, e Carlos Agudelo é sociólogo, colombiano, professor em centros de pesquisa na Colômbia, América Central e França, com foco no multiculturalismo e também envolvido com a luta do movimento sociais afro-colombianos.

De partida, nota-se que mais que uma obra *sobre* a América Latina e Caribe, é uma obra *da* América Latina e Caribe, produzida por quem vive, pesquisa e milita a favor de suas causas. Fiéis à proposta editorial, a autora e os autores buscam oferecer à comunidade acadêmica internacional (o livro é originalmente em inglês) uma perspectiva latino-americana, fortemente ancorada em reflexões teóricas e metodológicas regionais, a respeito de problemáticas internacionais, que são a raça e o racismo. O subtítulo “*a crossview from Brazil*” reforça essa perspectiva, trazendo os debates teóricos e práticos decorrentes do enfrentamento desses temas no segundo maior país do mundo em termos de população afrodescendente fora do continente africano.

A obra está estruturada em cinco capítulos, antecedida de um adendo especial, dedicado ao autor da foto de capa o fotógrafo Zezzynho Andraddy, cada um enfrentando uma temática envolvida no quebra-cabeças de se discutir as ações afirmativas, a identificação racial e o combate à exclusão e à discriminação racial de pessoas negras. Mais que responder a uma pergunta sobre os meios de atingir esses fins, a obra coloca em foco os complexos elementos que devem ser ponderados na análise da questão. Para isso, uma acurada contextualização das

diferentes realidades regionais é feita, na melhor aplicação de redução sociológica proposta pelo intelectual negro brasileiro Alberto Guerreiro Ramos (1996).

O primeiro capítulo apresenta o contexto histórico sobre raça, cor e racismo na história e nas ciências sociais latino-americanas. Da análise empreendida é possível identificar as similaridades entre as regiões colonizadas, que mais tarde se transformariam em estados nacionais, baseados numa complexa hierarquização social forjada no pertencimento racial. Essa hierarquização, conquanto posicionasse pessoas brancas no topo da hierarquia e pessoas negras escravizadas em sua base, apresentava uma certa dinâmica. Essa estrutura era por vezes relativizada pela miscigenação, em que pessoas mestiças não se encaixavam plenamente na dicotomia proposta, vindo a ascender socialmente em certas situações. A isso, soma-se a resistência a esta hierarquização realizada pelas próprias pessoas negras em quilombos (*palenques*, *cimarrons*, *marrons* ou *cumbes*), protagonizando lutas por libertação e direitos. Fruto desse conflito, os novos estados que se formam expressam esse antagonismo entre uma elite agrária, de perfil racial europeizado, e uma massa, desprovida de ampla cidadania, composta por povos originários e pessoas negras. Nesse contexto de tentativa de quebra das

hierarquias, correntes teóricas que visavam a referendar a permanência da hierarquização racial ganham ampla difusão pelas elites, dentre elas destacando-se a democracia racial que, se bem muito atribuída ao Brasil e ao pensamento de Gilberto Freyre, deixou marcas em toda a região, de um lado, promovendo uma valorização da mestiçagem, com a contribuição negra e indígena, ainda que subalterna, e de outro, promovendo uma intencional omissão da presença do racismo em suas sociedades. O resgate da forte presença intelectual negra no país e na região, que será mais bem aprofundada no capítulo seguinte, já introduz o debate amplamente feito no âmbito das ciências sociais por pensadores e pensadoras negras, cujos nomes, é necessário reforçar, como Virgínia Leone Bicudo, Alberto Guerreiro Ramos, Maria Beatriz Nascimento, Abdias Nascimento, Jurema Werneck, entre outros.

O capítulo seguinte traz para primeiro plano o protagonismo negro, a partir do século XIX, com as várias correntes de pensamento em diferentes países da América Latina e Caribe, para além das redes de debate que se formaram abrangendo intelectuais desses países. A visão panorâmica oferecida – conteúdo, aliás, que bem poderia ser pensado como um número autônomo da série editorial – apresenta a riqueza e diversidade de

abordagens de temas, que atendem a peculiaridades regionais, mas que dialogam entre si. Assim, o Pan-Africanismo, capitaneado inicialmente pelo afro-trinitário-tobagense Henry Sylvester Williams e que contava com a participação do sociólogo afro-norte-americano William Edward Burghardt Du Bois e do ativista político afro-jamaicano Marcus Garvey, entre tantos, ao denunciar a escravização e a falta de direitos civis e políticos de afrodescendentes, bem como ao valorizar a unidade e a cultura africanas, se aproxima do movimento Negritude, mais tipicamente afro-caribenho e de intelectuais africanos, como o afro-martinicano Aimé Césaire e o senegalês Léopold Senghor, para ficar em dois nomes. Aspectos mais culturais que sociais, no entanto, justificam a crítica formulada pelo psiquiatra e ativista político afro-martinicano Frantz Fanon, intelectual de larga influência nas lutas anticoloniais e que até hoje é referência para o pensamento de resistência à opressão, que ressalta os mecanismos de dominação racial e sua necessidade de ruptura radical. As várias cabeças pensantes da região e do período não se insulavam, no entanto, em suas questões nacionais. Como dito, redes de eventos, como congressos mundiais, colóquios e publicações organizadas na forma de periódicos conectavam estas pessoas, não só em torno de uma cultura referenciada à África, mas também com

ferramentas teóricas para se pensar, em graus diferentes, o próprio papel de seus Estados na promoção/manutenção do racismo. Essa relação entre demandas de reconhecimento e atuação do Estado terá um impacto na forma como o giro multicultural, a partir dos anos 1990, ocorre, incorporando diferentes perspectivas.

O terceiro capítulo da obra presta-se a fazer a discussão sobre o multiculturalismo e suas interpretações. Aliás, a grande contribuição que a obra propõe é o de tratar o multiculturalismo não como um conceito ou uma categoria, mas como um processo, isto é, uma série de “interações instáveis entre indivíduos e/ou grupos com base em vários objetivos de poder” (Igreja, Santos e Agudelo, 2022, p. 4). Para avançar em tal concepção, a autora e os autores partem da discussão sobre as interpretações sobre o multiculturalismo, passando pelas concepções liberais de Will Kymlicka, Nancy Fraser e Charles Taylor, para avançar numa crítica a partir do contexto latino-americano, alinhando estudos pós-coloniais, subalternos e pós-modernos. Assim, o pensamento de Boaventura de Souza Santos, Nelson Maldonado Torres e Aníbal Quijano são convocados para reposicionar o debate, que em geral ignora as questões indígenas e da população negra na formulação dessa

concepção, ainda que também esses autores decoloniais sejam passíveis de críticas, como bem pontuadas por Eduardo Restrepo e Axel Rojas, no que tange à definição de raça. A autora e os autores, nessa chave, fazem uma profícua discussão sobre o uso de raça, como categoria para o debate, resgatando intelectuais latino-americanos e a emergência de novas identidades, desde um despertar indígena à resistência dos movimentos negros, mantendo a cautela de contextualizar regionalmente suas lutas e principais demandas. Do micro ao macro, é feita, ainda, uma análise das políticas a favor de afrodescendentes na esfera internacional, aprofundando nas ações da ONU ao declarar a Década Internacional dos Afrodescendentes (2015-2024), articulando seus prós e contras. Mais especificamente em relação ao debate acadêmico sobre o multiculturalismo, são sumarizados os principais projetos internacionais de pesquisa nessa temática, envolvendo diversas instituições e países, apontando as principais características do AFRODESC – *African descendants and slavery: domination, identification and heritage in the Americas*, PERLA – *Project on Ethnicity and Race in Latin America*, RAIAR – *Antiracist Action and Research Network*, LAPORA – *Latin American Antiracism in a 'Post-Racial' Age*, OJALA – *Observatory of Justice for Afro-descendants in Latin America*, o *Afro-Latin*

American Research Institute at Harvard University, e, por fim, CLACSO – Conselho Latino-americano de Ciências Sociais. Esse pano de fundo tem a função de justificar a abordagem do multiculturalismo como um processo, condicionando sua forma de expressão aos contextos e forças envolvidas.

Desenvolvidas essas premissas históricas e conceituais nos capítulos anteriores, chega-se ao núcleo da obra, em seu quarto capítulo, com sua análise sobre políticas públicas, direitos e a classificação racial de seus beneficiários. É também nesse capítulo que a abordagem do Brasil se faz mais sistematizada, a partir do amplo debate a respeito das ações afirmativas e das categorias de identificação étnico-racial aqui presentes. Agora no sentido macro (demais países da América Latina) ao micro (Brasil), prescindindo da análise dos demais países do Cone Sul dada sua baixa concentração de população afrodescendente, são apresentadas sua dispersão geográfica e os censos no Brasil, estabelecendo o contraponto do país, em relação ao resto do continente, em sua preferência pelo uso do termo “negro(a)” em oposição ao consagrado termo “afrodescendente” por razões ligadas à luta política dos movimentos negros de resgate positivo da categoria. A correta identificação desse grupo social tem uma

relação direta com o giro multicultural na região, vez que o tratamento apenas do ponto de vista da diversidade cultural, presente na base do multiculturalismo liberal, deixa de enfrentar os desafios decorrentes da desigualdade social que atinge uma maioria minorizada na região, para usar a expressão do autor Richard Santos (2020). Uma ampliação conceitual, que leve em conta políticas de identidade e equidade racial, permeia o contexto de interações e dinâmicas desenvolvidas no contexto latino-americano e permite rejeitar a ocorrência do ocaso do multiculturalismo. Esse giro multicultural, em relação ao Brasil, é demonstrado com os avanços – e alguns retrocessos – a partir da Constituição de 1988, na qual, pela primeira vez, há o reconhecimento de direitos de povos indígenas e da população negra no Brasil. Embora não se possa falar num movimento negro coeso, como apontam a autora e os autores, uma vez que o que o diferencia dos demais é sua especificidade do significante negro, ao mesmo tempo em que as frentes de enfrentamento são as mais diversas, foi o fortalecimento desses movimentos negros que tensionaram as instituições públicas, tanto a Assembleia Constituinte de 1987, quanto o Congresso Nacional decorrente, quanto o próprio Poder Executivo, para que as diversas pautas caras a esse grupo social ganhassem força. Um leque que abrange desde o reconhecimento do valor cultural da

Serra da Barriga, marco geográfico do Quilombo dos Palmares, até a articulação para a criação da Fundação Cultural Palmares e a edição de legislação e políticas de interesse da população negra, entre as quais, ganha relevância as ações afirmativas previstas inicialmente no Programa Nacional de Direitos Humanos (Decreto n.º 1.904, de 1996). O reconhecimento retórico, no entanto, mostra a tensão do multiculturalismo neoliberal (Hale, 2005), em que a valorização de aspectos culturais ou a afirmação do direito não se converte em ampliação da cidadania para a população a elas relacionadas.

A obra aponta como a chegada ao PT ao poder, após anos da inefetiva política de reconhecimento sem qualquer força transformadora, suscitou uma série de inovações, como a criação da Secretaria Especial para a Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, a aprovação da Lei n.º 10.639, de 2003, que estabelece o estudo da cultura afro-brasileira como parte do currículo escolar, a Lei n.º 12.288, de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, a aprovação da Lei n.º 12.711, que institui cotas socio-raciais, nas instituições de ensino público federal e da Lei n.º 12.990, de 2014, que cria cotas raciais no serviço público federal. Essas medidas demonstram o apoio dos movimentos negros na adoção de legislação antirracista. Ademais, a

demarcação de terras remanescentes de quilombos, em que pese o número aquém do necessário, também se insere nesse contexto do giro multicultural de sopesar de um lado aspectos culturais e coletivos, com direitos sociais. Esses avanços, no entanto, seguem sendo de difícil operacionalização em razão das perspectivas ligadas à democracia racial, que resistem a ver no racismo a causa das desigualdades sociais entre negros e brancos no país. A autora e os autores retomam esse debate apontando como essa concepção ainda viva impede que a construção de políticas de promoção de igualdade racial seja feita de forma adequada para fazer face à desigualdade racial no Brasil.

Um desdobramento que tem impactos na própria condução das políticas de igualdade racial está relacionado à questão da identificação de seus beneficiários, vez que a sistemática adotada no país para classificação racial abrange pretos e pardos na categoria negros, destinatários dessas políticas de ampliação de direitos. O debate sobre identidade e pertencimento racial se insere nessa problemática e dá margens para críticas ao sistema adotado, majoritariamente de autodeclaração, a qual, quando conjugada com a heteroidentificação, pode dar margens a interpretações equívocas em função dos critérios a serem observados na

atuação das comissões de verificação. Ademais, há uma dimensão de individualização de seus beneficiários, o que também se aplica a indígenas beneficiários de cotas étnico-raciais, que por focar na responsabilidade individual da pessoa cotista, acaba por subtrair o debate sobre o racismo da sua dimensão estruturante da sociedade.

A aplicação desses instrumentos multiculturais de promoção de direitos culturais e sociais de grupos minoritários, na visão da autora e dos autores, é um dos elementos que devem ser mobilizados para tentar compreender o crescimento da extrema direita no Brasil e alhures. Valendo-se dos mesmos expedientes de valorização identitária e cultural, a extrema direita se apropria desses conceitos do multiculturalismo para uma leitura muito própria, de acordo com seus próprios princípios. Assim, expressões como “Brasil autêntico” são manipuladas, naquilo que Pierre-Andrés Taguieff denomina de retorsão (Taguieff, 2001), para valorizar uma imagem equivocada da nação brasileira como se fosse de maioria branca, chegando a estender o próprio conceito de racismo em benefício de cidadãos não-negros, as verdadeiras vítimas de um suposto racismo reverso. Com isso, a extrema direita pauta uma agenda conservadora e que rechaça qualquer

medida de enfrentamento ao racismo, à pobreza, à violência, pois, mais que problemas sociais, são expressões ideológicas da esquerda, e, portanto, devem ser combatidas. Políticas sociais são confundidas com políticas de identidade e tratadas como identitarismo significando para eles vitimismo, incompatível com a visão de “negros descendentes e honrados”, que não precisam de apoio. Aqui, mais uma vez, a concepção de multiculturalismo como processo se faz presente, com a disputa de seus termos e medidas a depender dos agentes envolvidos.

Para a mais adequada compreensão desse fenômeno, visando a minimizar os riscos de captura de políticas focais que se dissociem da luta contra as desigualdades sociais, a autora e os autores apontam que a introdução de ações afirmativas deve ser acompanhada de políticas de combate à pobreza de maneira ampla e, principalmente, não podem se ver desconectadas do combate ao racismo. Nas várias formas, aliás, pelas quais se manifesta o racismo: não só na ausência de pessoas negras em determinados espaços de poder, mas, também, na violência policial, no sistema de justiça ainda formado com base em ensinamentos eugenistas, na ausência de uma real redistribuição de renda e acesso a direitos básicos de saúde, moradia, educação, cultura, mobilidade,

lazer e em todas as suas formas, como vem sendo denunciado por movimentos negros contemporâneos, a exemplo da Convergência Negra e a Coalização Negra por Direitos. Além disso, é preciso fazer a discussão proposta por Maria Aparecida Silva Bento sobre branquitude (*whiteness*), a fim de descortinar o papel de pessoas brancas como parte essencial na permanência das desigualdades raciais no país e na resistência e adaptações às medidas que busquem promover a igualdade.

A conclusão a que a autora e os autores chegam é que as políticas multiculturais voltadas a afro-latino-americanos são dotadas de muitas ambivalências. O fato de ter havido um incremento em seu número nos últimos anos não resultou no pleno atendimento de suas demandas sociais e políticas, uma vez que a discriminação e o racismo ainda fazem parte de suas vidas diárias. Fruto de complexas interações entre estado, atores (organizações sociais, movimentos políticos, ONGs, autoridades locais, agentes de cooperação para o desenvolvimento, acadêmicos, etc.), o contexto e as correlações de poder desses espaços e atores resulta em efeitos muito diversos. O que se pode afirmar, com a obra, é que tem havido uma expansão das demandas étnicas e antirracistas e, ao

mesmo tempo, uma perda de controle público da gestão das diferenças, na medida que o multiculturalismo é apropriado por estados neoliberais e, com isso, as políticas focais, incapazes de gerar mudanças estruturais, acabam por buscar controlar as resistências e as demandas desses grupos beneficiados. No entanto, a cada nova incorporação de mecanismos novas demandas surgem e os Estados são pressionados a ir além por movimentos que se veem fortalecidos por essas mesmas políticas que foram articuladas para tentar resistir a seus avanços. O reconhecimento de direitos culturais, ao mesmo tempo em que dá visibilidade e força a esses movimentos, não é suficiente para se converter em ampliação da cidadania desses grupos sociais. O exemplo do Brasil, lente usada para se pensar o racismo e as relações raciais na região, é demonstração disso, com políticas afirmativas que se ampliam para diversos espaços e acabam por revelar a imensa desigualdade racial a que estão submetidas a população negra e indígena. Em última análise, é a própria definição de nação que está em jogo, uma vez que o surgimento de um governo de extrema direita que, mesmo não se saindo vencedor no último pleito no Brasil, foi capaz de amealhar um enorme contingente de votos e revela que uma sociedade multicultural é por muita gente rechaçada, com a aceitação dos valores excludentes da branquitude, do

eurocentrismo promotor do epistemicídio negro e indígena e da hierarquização racial de uma maioria, posta na base, sem ameaçar o *status quo*.

Com isso, a pergunta que se põs na introdução – se são as ações afirmativas, que requerem identificação racial, a melhor medida de combate à discriminação racial e a exclusão de pessoas negras – acaba sendo mais problematizada ao longo da obra em seus próprios termos do que diretamente respondida. A contextualização regional e histórica, as diferentes lutas antirracistas, os diferentes processos de classificação racial e os novos desafios que surgem, como discutido pela autora e pelos autores nos quatro capítulos que compõem a obra demonstram a complexidade da questão e os riscos inerentes a respostas rápidas. Embora não se furtem ao debate, como aliás, procurou-se demonstrar nessa breve resenha, o fecho da obra poderia sumarizar os aspectos analisados em sua interlocução com a questão posta, facilitando com isso, a compreensão do debate e sua relação com a problemática lançada.

De qualquer forma, os méritos da obra excedem em larga escala a questão apontada. Por se voltar para um público externo, mas, igualmente recomendável para o público interno, a abordagem precisa das diferenças regionais e das várias correntes de pensamento, pontuadas com o

resgate do protagonismo de intelectuais negras e negros da região, tornam o livro “*Race and racism in Latin America and the Caribbean: a crossview from Brazil*” uma excelente referência para quem pretende discutir raça e racismo para além de marcos teóricos estrangeiros distantes da realidade latino-americana e sobretudo brasileira.

Referências bibliográficas

HALE, Charles. “Neoliberal Multiculturalism : The Remaking of Cultural Rights and Racial Dominance in Central America”. *Political and Legal Anthropology Review*, v. 28, n. 1, pp. 10–28, 2005.

IGREJA, Rebecca Lemos; SANTOS, Richard; AGUDELO, Carlos. *Race and racism in Latin America and the Caribbean: a crossview from Brazil*. Berlin, De Gruyter; Colégio Latino-Americano de Estudos Mundiais; FLACSO Brasil, 2022.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1996.

SANTOS, Richard. *Maioria minorizada: um dispositivo analítico de racialidade*. Rio de Janeiro, Telha, 2020.

TAGUIEFF, Pierre-André. *The force of prejudice: on racism and its doubles*. Minneapolis, University of Minnesota, 2001.